

Crise do Amapá esfria privatização da Eletrobras (mas a política é como uma nuvem) (1)

Fábio Couto

Em Brasília, entendidos do assunto costumam recordar um ditado criado pelo ex-governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, segundo o qual política é como uma nuvem. Você olha e ela está de um jeito. Olha de novo e ela já mudou. Mas data hoje, é possível dizer que se a privatização da Eletrobras tivesse que ser votada, a chance de passar é baixa, quase nula, próxima de zero.

O Senado sempre foi o foco de resistência, diferentemente da Câmara dos Deputados, cujo presidente, Rodrigo Maia, sempre foi mais sensível à realização da descapitalização. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, sempre sinalizou claramente que o tema não prosperaria – detalhe: os dois são do mesmo partido, o Democratas.

Com o incêndio na subestação Macapá, que resultou na maior crise energética do estado desde que foi integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) – e estado do parlamentar, qualquer tentativa de se falar em desestatização, hoje, para o presidente do Senado é inócua.

Ainda mais pelo fato de o apagão influenciar diretamente a corrida eleitoral na capital daquele estado. Josiel Alcolumbre disputava o pleito – e liderava as pesquisas de eleitorais naquela cidade. Capi, como é conhecido na cidade teve 31% das intenções de voto em Macapá, o dobro do que registrava duas semanas antes.

A arrancada pode ter sido prejudicada – quiçá, também as eleições, pois embora o governo garanta que o pleito transcorrerá normalmente, o quadro ainda não é suficientemente claro para assegurar a realização das eleições.

A fala do presidente do Senado sobre cassar a concessão da Isolux (na verdade, da Linhas de Macapá Transmissoras de Energia) e repassar os ativos para a Eletrobras diz muito sobre o que ele pensa sobre a estatal federal: que ela será mais eficiente na administração das linhas de transmissão, como uma tábua de salvação.

No domingo passado (08/11), o senador disse que exigiria da Aneel a investigação rigorosa das responsabilidades da Isolux e defendeu que a empresa perca a concessão e que a Eletronorte assuma o comando da subestação no Amapá. Como se sabe, a subestação é parte da linha Tucuruí – Manaus – Macapá, que conectou o Amapá ao SIN, em 2014.

O contrato de concessão do ativo encerra em 2038 – a linha foi negociada em leilão público em 2008, e arrematado por uma empresa privada, no caso a Isolux, em disputa com outros players. A própria Eletrobras ou outra estatal poderia ter arrematado o lote em questão, como parte da regra do jogo.

Mas ao defender o repasse da concessão, o senador cria um ambiente mais turbulento no segmento, que está a um mês de um leilão para negociar quase 2 mil quilômetros

de linhas de transmissão. E dá a deixa para embarreirar qualquer pretexto de privatização com o argumento de que foi uma empresa privada que deixou o Amapá no escuro.

Em entrevista ao Valor Econômico, o secretário especial de desestatização, Diogo MacCord, disse que o episódio não vai afetar o projeto de privatização da Eletrobras, argumentando que um dos pontos do PL da Eletrobras é a previsão de se destinar R\$ 3,5 bilhões para modernização do parque gerador do Norte.

Na entrevista, ele acena aos senadores ao afirmar que uma maneira de destravar o projeto de lei seria começar a tramitação naquela casa, em vez da Câmara, onde o tema está parado por quatro anos.

MacCord é do governo, o principal interessado pela venda da companhia – e uma fala contrária certamente despertaria mais atenção do mercado. Mas acenar ao Senado, agora, não é suficiente. O secretário terá que se aproximar e conversar (muito) com Davi Alcolumbre se quiser ver o projeto em tramitação naquela casa. E assim, ajudar a dissipar as nuvens que hoje pairam sobre os planos de desestatização.

Fábio Couto é editor na Editora Brasil Energia.

(1) Artigo publicado na Editora Brasil Energia. Disponível em: <https://energiahoje.editorabrasilenergia.com.br/analise-crise-do-amapa-esfria-privatizacao-da-eletobras-mas-a-politica-e-como-uma-nuvem/>. Acessado em 12 de novembro de 2020.